LANDac
Land Governance for Equitable and Sustainable Development

Documento de Trabalho 2: Assegurar os direitos da mulher à terra no continente africano

Julho 2018

Assegurar os direitos da mulher à terra
Para o impacto real em Moçambique

By Vivian Hartlief [1],Clemente Ntauazi [2],Nzira Razão Deus [3],Romy Santpoort[1] e Griet Steel[1]
[1] LANDac, [2] ADECRU, [3] Fórum Mulher

Sobre o programa

Apesar do seu papel fundamental na agricultura, as mulheres em muitas regiões do continente africano não têm acesso e direitos iguais em relação à terra e as riquezas naturais. Apoiar a agenda do direito da mulher à terra, e aproveitar o impulso crescente após a iniciativa Women2Kilimanjaro, a **LANDac** em cooperação com as organizações de desenvolvimento e de base, incluindo **ENDA Pronat** no Senegal, **GROOTS Kenya** e **ActionAid Kenya no Kenya**, **ADECRU** e **Fórum Mulher** em Moçambique, e a **Oxfam em Malawi** implementaram um programa de pesquisa de ação de um ano: Assegurar os direitos da mulher à terra no continente africano: Para o Impacto real no Senegal, Kenya, Malawi e em Moçambique. O programa, financiado pelo Ministério de Relações Exteriores do Reino dos Países Baixos, visa **identificar, construir e ter impacto nas práticas** bem-sucedidas e as experiências das **organizações de base** e movimentos que trabalham para fortalecer as **mulheres a terem o acesso e o controlo sobre a terra** e as riquezas naturais no continente africano. As descobertas empíricas e os resultados concretos do programa, são apresentados nesta série de trabalhos de pesquisa da LANDac, de assegurar o direito da mulher à terra no continente africano.

Introdução

Em Moçambique, muitas mulheres são completamente desfavorecidas do acesso à terra e a outras riquezas naturais. Embora as leis nacionais determinem que as mulheres e os homens devem ter acesso igual à terra, os sistemas de governança dos direitos consuetudinários sobre o uso da terra, geralmente permitem apenas os direitos secundários e acesso das mulheres à terra por meio de um parente do sexo masculino. Além disso, raramente é permitido que as mulheres participem nos processos de tomada de decisão. Com a crescente escassez de terra em grande escala, e a pressão das aquisições de terras (privadas), as mulheres em Moçambique são cada vez mais vulneráveis a serem expulsas de casa pela família do esposo, e em geral têm pouco acesso e controlo sobre a terra.

O programa "Assegurar o direito da mulher à terra no continente africano", combina acção de pesquisa com actividades de base concretas realizadas pela organização da sociedade civil moçambicana, a Acção Académica para o Desenvolvimento das Comunidades Rurais (ADECRU), as organizações não governamentais, e o Fórum Mulher. O objectivo é fazer avançar a agenda de direitos da mulher à terra, e capacitar as mulheres em Moçambique para reivindicarem o acesso e controlo sobre a terra e outras riquezas naturais (Quadro 1).

Os pesquisadores da LANDac, em cooperação com a ADECRU e o Fórum Mulher, identificaram três práticas que são cruciais para ter impacto nas abordagens comprovadas, e assumir a liderança, para incorporar o direito da mulher à terra na agenda nacional e internacional:

- Advocacia baseada em evidências
- Acção coletiva ou criação de movimento de base, e
- Mobilizar defensores locais para actuar como modelos e pontes entre as comunidades e autoridades.

Neste documento de trabalho, utilizamos estas três práticas para analisar o impacto das iniciativas das mulheres rurais e as intervenções da sociedade civil local, sobre o avanço da agenda do direito da mulher em Moçambique. Em primeiro lugar, apresentamos um breve histórico sobre as mulheres e os direitos à terra em Moçambique. Em segundo lugar, elaboramos as práticas de defesa baseada em evidências, acção coletiva e a mobilização dos defensores locais. Discutimos a razão pela qual são importantes e como é que a ADECRU e o Fórum Mulher implementaram estas práticas em Moçambique. O objectivo final é ajudar a fechar a lacuna entre a lei e a prática em relação à igualdade de género e à terra.

Quadro 1. Parceiros e actividades do programa WLRA em Moçambique

A **ADECRU**, é uma organização da sociedade civil moçambicana, que visa reforçar a posição das comunidades locais para tomarem decisões sobre o desenvolvimento social, económico, cultural e político.

O Fórum Mulher, é uma rede de 35 organizações não governamentais que trabalham pelo direito da mulher moçambicana em todo o país. O Fórum Mulher lida com questões de género e desenvolvimento, advocacia e pressão, bem como educação e informação.

A **LANDac,** Universidade de Utrech da Holanda, é uma parceria entre organizações holandesas e os seus parceiros do sul, que trabalham em questões de governança da terra para um desenvolvimento equitativo e sustentável.

Para o programa WLRA, a ADECRU e o Fórum Mulher uniram-se para organizar oficinas comunitárias de mulheres rurais, para discutirem as necessidades e prioridades das mulheres em relação a terra, água e outras riquezas naturais. Com base nestas oficinas, em maio de 2018 a ADECRU e o Fórum Mulher realizaram uma conferência nacional das mulheres rurais. Além disso, um dos pesquisadores da LANDac juntou-se a essas actividades e realizou uma pesquisa de acção participativa com os parceiros. Juntas, as três organizações documentaram vozes e histórias de mulheres através de vídeos e da publicação deste documento de trabalho.

Direitos das mulheres à terra em Moçambique

Embora no topo da agenda do governo moçambicano, a desigualdade de género no país é generalizada, especialmente no que diz respeito a questões da terra. Moçambique estabeleceu um quadro jurídico para assegurar a igualdade de direitos à terra para mulheres e homens. A Lei de Terras (1997), afirma que toda a terra pertence ao estado e não pode ser vendida, alienada ou hipotecada. Os direitos dos cidadãos de usar a terra são oficialmente reconhecidos pela posse de um DUAT (*Direito de Uso e Aproveitamento da Terra* ou o 'direito de usar e explorar a terra'), que pode ser obtido tanto por mulheres quanto por homens. No entanto, para uma grande parte da terra moçambicana, nenhum DUAT está registado.

A Lei de Terras, reconhece e protege os acordos de posse consuetudinária existentes, desde que não entrem em conflito com as leis nacionais. O pedaço de terra que é gerido em linha com os acordos tradicionais ou que é ocupado por um indivíduo por mais de dez anos, é automaticamente reconhecida por lei e, portanto, isenta da necessidade de um DUAT.

A Lei de Terras, reconhece oficialmente as mulheres como co-titulares de terra comunitária e afirma ainda que todos os membros da comunidade (incluindo as mulheres), têm o direito de participar nos processos de tomada de decisão. Além disso, a lei prescreve os processos, de participação no que diz respeito à identificação da delimitação de terras comunitárias (Knox e Tanner, 2011). De facto, a lei proporciona às mulheres a oportunidade de anunciarem o seu interesse pela terra e adoptar os papéis de liderança. No entanto, de acordo com a Direcção Nacional de Terras, em 2015 apenas 20 por cento dos DUATS foram registados para mulheres, enquanto 80 por cento foram registados para homens (Adriano e Machaze 2016).

A maioria das mulheres rurais geralmente obtém os seus direitos por meio de normas e práticas tradicionais que não seguem as leis nacionais. Dentro dos sistemas mais tradicionais, os direitos da mulher são definidos através da sua relação com os homens: as mulheres, ganham acesso à terra através dos

seus parentes do sexo masculino ou seja os seus esposos, pais, tios ou irmãos. Mas outros factores também desempenham um papel: as mulheres são cada vez mais vulneráveis a perder as suas terras por causa da escassez de terras no país (devido ao crescimento da população e um número crescente de aquisições privadas de terras em larga escala). Além disso, muitas viúvas (especialmente as mulheres jovens que perderam os seus esposos por causa do VIH-SIDA[1]), perdem tudo depois da morte do esposo, embora a Lei de Terras (em combinação com a Lei da Família) dite que as viúvas devem herdar pelo menos metade a propriedade partilhada (Bicchieri e Ayala 2017).

Advocacia baseada em evidências

Tanto a ADECRU como o Fórum Mulher, defendem e advogam pelo direito da mulher à terra a nível local, regional e nacional. O acesso à informação, conhecimento local e dados de bases é crucial para compreender as complexidades do direito da mulher à terra no campo, para conceber intervenções adaptadas e defender o acesso das mulheres à terra e riquezas naturais a nível local, nacional e internacional. Para pesquisar e recolher esta evidência, foram realizadas oficinas comunitárias em 16 comunidades no corredor da Beira (províncias de Manica e Sofala), e no corredor de Nacala (Província de Nampula) em novembro e dezembro de 2017.

A ADECRU e o Fórum Mulher identificaram que nestas províncias as mulheres têm menos acesso à terra, e possuem um conhecimento muito limitado sobre os seus direitos em comparação com mulheres nas outras regiões do país. Em ambas as regiões, há vários problemas de terra em jogo, que vão desde o aumento da pressão populacional até aquisições de terras em grande escala. Portanto, houve a necessidade urgente de descobrir o que estava a acontecer no terreno e na região. Um total de 650 pessoas, participaram nas oficinas comunitárias entre elas 450 mulheres e 200 homens. Os métodos para as oficinas foram co-desenhados pelo pesquisador da LANDac, a ADECRU e o Fórum Mulher, que também juntos analisaram os resultados.

As oficinas proporcionaram um espaço para discutir as demandas, agendas e prioridades concretas das mulheres relacionadas à terra, água e outras riquezas naturais. Os oficinas serviram para documentar as narrativas e testemunhos das mulheres e também para trocar experiências e preocupações entre os participantes. Não só ajudaram a aprenderem uns com os outros, os diálogos da oficina também aumentaram o conhecimento local dos participantes e estimularam acções reais no terreno. Os resultados dessas actividades foram documentados num vídeo sobre o direito da mulher à terra. O documentário ilustra os desafios que as mulheres rurais enfrentam para acessar e controlar a terra, e coloca as narrativas e experiências das mulheres em primeiro lugar (Quadro 4).

Além das oficinas, 75 entrevistas em profundidade, em combinação com métodos participativos (como caminhada sistemática ao longo de um trajecto dentro da comunidade ou área de projeto, juntamente com a população local para explorar as condições de àgua e saneamento, observando, perguntando e escutando, procurando e produzindo um diagrama de transeções, elicitação de fotos e discussões em grupos de foco) foram conduzidas pelo pesquisador da LANDAC para triangular os dados. Essa abordagem também forneceu um espaço seguro para os participantes que não se sentiram à vontade para se expressar totalmente num ambiente de grupo.

Ficou claro tanto das oficinas comunitárias como das pesquisas de acção, que a terra é muito escassa nos corredores da

1 'Mozambique is one of nine African countries hardest hit by the HIV/AIDS epidemic. By 2001, 15 years after the country's first AIDS case was diagnosed, over 1.1 million of Mozambique's then 19.2 million people were living with HIV or AIDS' (Collins 2006: 1).

Quadro 2. O programa Terra Segura

Para registar terras às comunidades locais, o governo de Moçambique está a implementar um novo programa Terra Segura. Apoiado financeiramente pelo Banco Mundial, o objectivo deste programa é "regularizar os direitos da terra nos distritos políticos seleccionados, e modernizar os serviços de administração da terra" (DNTF 2014). Este programa deve distribuir DUAT gratuitos para indivíduos, com um foco especial para as pessoas marginalizadas (incluindo mulheres solteiras, deficientes e idosos). A maioria das comunidades rurais é favorável à obtenção de DUATs, porque no momento, a sua posse de terra é meramente assegurada por práticas tradicionais. No entanto, devido ao trabalho logístico e administrativo envolvido na emissão de um DUAT, a implementação do Terra Segura tem sido lenta.

Quadro 3. O casamento como estratégia para acessar a terra

Salomé[2] é uma camponesa de 34 anos que vive numa área remota no distrito de Nhamatanda. Após o divórcio, Salomé foi abandonada junto com os seus filhos. Ela teve que desistir da sua terra e não pôde voltar para a terra de seus pais, porque ambos os seus irmãos a herdaram. Embora ela tenha pedido emprestado terra temporariamente a um amigo, esta ainda era pequena demais para cultivar comida suficiente. Mas Salomé achou uma solução. 'Isso não foi um problema, porque eu encontrei um esposo para mim muito rapidamente, então, eu pude trabalhar na sua terra!' Ela descobriu que o facto de se casar de novo havia permitido que ela alimentasse os seus filhos.

Beira e Nacala. Os desafios não estão relacionados apenas às desigualdades de género. Como a terra é da propriedade do Estado, tanto mulheres quanto homens nas comunidades locais temem que o Estado possa facilmente retirar ou confiscar as suas terras. Os membros da comunidade, muitas vezes não sabem que por lei, eles têm direitos sobre a terra comunitária e podem reivindicá-los, se for necessário. Durante uma entrevista aprofundada no mês de dezembro de 2017, Joseph, um homem de 48 anos da comunidade de Sinoria Brosimo no distrito de Metuchira, disse: 'Eu não sei como proteger a [minha terra], se o governo decidir fazer algo com ela, então […] tenho que obedecer. '

Além de perder terras pelas instituições governamentais ou investidores, há também a possibilidade de perder terras por outros indivíduos. Vários entrevistados mencionaram que perderam as suas terras quando pessoas deslocadas internamente voltaram para recuperá-las. Durante uma oficina comunitária em Pheone, em novembro de 2017, José, de uma comunidade no distrito de Rapale, disse:

> *O que também é difícil aqui, é o facto de que as pessoas deixaram as suas terras devido à guerra. Elas abandonaram tudo o que era seu e algumas delas foram para muito longe, outras ainda estão por aí. Por essa razão, as pessoas às vezes ficam confusas e sem saber o que fazer porque elas regressam à sua terra onde há novas pessoas a trabalhar nela, que chegaram durante ou depois da guerra.*

Em todas as oficinas, as mulheres afirmaram que dependem da agricultura – sendo a terra um recurso importante para sua subsistência e geração de riqueza. Mas, de acordo com as práticas patriarcais tradicionais, na maioria das comunidades, as mulheres estão a cultivar terras registadas ou sob o controlo de seus esposos ou membros da família do sexo masculinos, e perdem a reivindicação de herdar dos seus pais. Em suma, as mulheres podem acessar a terra, mas a sua posse é extremamente insegura.

Quadro 4. As opiniões das mulheres são importantes

Em muitas comunidades, as mulheres não têm a oportunidade de documentar as suas histórias ou expressar as suas vozes. O documentário deu-lhes essa oportunidade. As mulheres rurais ficaram muito felizes com o fato de que as suas histórias estavam a ser filmadas. Deu-lhes a sensação de que estavam a ser ouvidas, a sensação de ser capaz de partilhar as suas ideias e pensamentos e realmente fazer uma declaração. Várias mulheres disseram que muitas vezes as suas preocupações e opiniões não se faziam ouvir, como se a opinião delas não importasse. Deixá-las falar na frente de uma câmera claramente deu-lhes um sentimento de pertença e relevância, e isso reforçou o seu envolvimento nas oficinas comunitárias.

Além disso, ao ouvir outras mulheres que expressam as suas histórias, as mulheres são encorajadas e motivadas a falar em favor dos seus direitos. O documentário, serve como uma espécie de espelho e será mostrado aos formuladores de políticas e profissionais para promover a implementação de políticas que favorecem oacesso da mulher rural à terra e outras riquezas naturais.

Foto: Flex Serviços

As viúvas, divorciadas e solteiras estão entre os grupos mais vulneráveis quando se trata de terra. Toda a mulher viúva ou divorciada que foi entrevistada declarou que ela estava numa situação pior agora do que durante o seu casamento. Na maioria dos casos, o esposo retirou todos bens incluindo gado, terra e em alguns casos até levou consigo as crianças da

2 The respondent's name has been changed to preserve anonymity.

Quadro 5. Acção coletiva

Na comunidade de Canhandula, parte do posto administrativo de Mafambisse na província de Sofala, um grupo de mulheres queria tornar-se mais independente. Elas formaram um grupo para aprender novas habilidades umas com as outras e partilhar os seus conhecimentos e desafios. Além disso, para gerar a sua própria renda (na qual elas puderam decidir como gastar), elas venderam artesanatos em grupo. Com a ajuda das organizações da sociedade civil (incluindo o Fórum Mulher), estas mulheres foram apoiadas com alguns suprimentos e capital para construir e vender fogões. Elas também receberam treinamento sobre autonomia de género.

Durante uma das oficinas comunitárias em Canhandula, em dezembro de 2017, a participante Helena João disse: "Depois desse primeiro treinamento, dirigi-me ao meu esposo e exigi que ele pegasse numa enxada e fosse trabalhar comigo no campo, porque somos iguais! E ele fez isso!'

sua esposa, ou, no caso de um esposo falecido, os bens foram retirados pela família do esposo. Para muitas mulheres, voltar a casar-se é a única solução para essa insegurança (ver Quadro 3).

Para concluir, as oficinas comunitárias ajudaram a gerar dados sobre as comunidades e ofereceram visões claras sobre as prioridades das mulheres quando se trata de questões sobre a terra. Essas informações locais são cruciais, pois fornecem às comunidades locais e às organizações da sociedade civil que trabalham com elas uma "prova" das alegações que as mulheres precisam fazer para influenciar os formuladores de políticas e outras autoridades.

Locais das atividades da WLRA em Moçambique

Acção coletiva

Para além de recolher provas para advocacia, através das oficinas comunitárias, a ADECRU e o Fórum Mulher também estimularam a acção colectiva ao nível das bases. Ao trabalhar em conjunto com organizações comunitárias, associações de agricultores e grupos de mulheres, as oficinas comunitárias serviram como espaços democráticos para informar as mulheres e homens sobre o direito da mulher à terra, a lei, e o que pode ser feito para ultrapassar os desafios que as mulheres enfrentam.

O poder de trabalhar em grupo, é que os problemas não são considerados como pertencentes ao indivíduo, mas como desafios partilhados para os quais as soluções conjuntas podem ser exploradas. Através destas formas de acção coletiva, as mulheres são capazes de ajudar umas às outras na sensibilização sobre o direito da mulher à terra (Quadro 5), em perseguição dos títulos de propriedade (Quadro 6), ou estimulando a solidariedade entre as vítimas dos sistemas patriarcais opressivos. As associações dessas mulheres são, às vezes, uma alternativa ao casamento, através do qual as mulheres podem acessar terras e outros recursos.

Nem todas as associações são apenas para mulheres. Nas oficinas comunitárias, também encontramos associações de base comunitária que se unem para melhor proteger as suas terras, e evitar que sejam tomadas pelo governo ou pelo sector privado. Embora as mulheres possam ser membros, elas raramente assumem posições de liderança na estrutura de governança dessas organizações. As associações geralmente

Quadro 6. DUATs para mulheres

Inez Chapuchefina está inscrita num grupo de partilha de mulheres que faz parte da rede do Fórum Mulher. Conversamos com ela durante uma entrevista aprofundada em dezembro de 2017. 'Trabalhamos com as comunidades locais, especialmente com aquelas onde é difícil obter todas as informações,' diz ela. 'Essa é a razão pela qual criamos o grupo, para capacitar as mulheres que não conhecem os seus direitos, e as suas opções.

'Vimos que as pessoas da comunidade estavam a sofrer. Elas estavam a sofrer por causa da diferença do género e os seus direitos não lhes são claros, e nós podemos ajudá-las. O que fazemos é sensibilizar-lhes sobre o direito da mulher. As mulheres são mais vulneráveis quando falam de terra. Elas são menos capazes de se proteger. Em Moçambique, as mulheres não têm voz, por isso têm menos poder que os homens. Se um homem reclama, ele provavelmente terá sucesso, se a sua queixa for uma queixa razoável. Este não é o caso das mulheres. Portanto, tentamos capacitar as mulheres para trabalharem em grupos, porque é isso que as torna mais fortes.

'O importante desafio que as pessoas estão a enfrentar é a falta de conhecimento. Queremos apoiar as mulheres com a obtenção de um DUAT por exemplo. Esse é um dos melhores mecanismos de defesa. Mas, ao mesmo tempo, nunca vi nenhuma mulher com um DUAT. Acredito que os DUATs foram criados para homens. Elas colocam o nome do [seu] esposo no DUAT, nunca o seu próprio nome, porque acham que não é preciso.

Inez a promover o direito da mulher durante uma oficina comunitária em Chenaize.

são iniciadas e lideradas por homens com alto nível socio-económico, vivendo na comunidade.

Durante uma entrevista aprofundada em dezembro de 2017, Luísa, uma agricultora que vive na comunidade de Canhandula, explicou que quem recruta membros é o chefe da associação. Quando se trata de seleccionar as mulheres, ele restringe a sua selecção às agricultoras que estão em melhores posições na comunidade.

> *Não é comum que mulheres de classes socioeconómicas mais baixas lhes seja atribuída posição numa associação. Quando as mulheres se tornam membros, muitas vezes é limitado a mulheres casadas ou mulheres de uma classe social muito alta. As mulheres que não são capazes de manifestar a sua vontade de pertencer a uma associação ou que sejam vistas como "más" agricultoras, são excluídas.*

Para reforçar a posição das mulheres e construir um movimento para o direito da mulher à terra em Moçambique, a ADECRU e o Fórum Mulher organizaram uma conferência nacional para as mulheres rurais em maio de 2018. A conferência contou com mais de 100 participantes, dos quais 60 eram mulheres e homens das comunidades rurais nas províncias de Nampula, Sofala, Manica e Zambézia. Os restantes 40 participantes eram membros de organizações da sociedade civil, associações de mulheres agricultoras, governos provinciais e meios de comunicação. As discussões foram lideradas por mulheres rurais, e focadas nos desafios e demandas das mulheres para reivindicarem os seus direitos. Dez desafios e cinco demandas foram formulados (ADECRU 2018). Entre outras questões, as mulheres rurais expressaram suas preocupações sobre a perda de suas terras para o governo e o sector privado, e exigiram que os quadros legais (como a Lei de Terras e o Direito da Família) sejam respeitados e cumpridos. Por exemplo, os membros da comunidade de Nhamaturi, Província de Manica, escreveram uma carta à empresa florestal Portucel exigindo devolução das terras à comunidade.[3]

Militantes e defensores locais

O termo "defensores locais" é frequentemente usado pelas organizações da sociedade civil, como um termo genérico para indivíduos que são bons exemplos, líderes ou servem de pontes entre as comunidades e autoridades. No contexto do direito da mulher à terra, os defensores locais geralmente são definidos como mulheres que conseguiram assegurar os seus direitos e, posteriormente, defendem com veemência os direitos dos outros. No entanto, isso não exclui os outros: há também homens, políticos, líderes locais e/ou religiosos que defendem o direito da mulher à terra(ILC Africa 2018).

Em Moçambique, tanto a ADECRU como o Fórum Mulher utilizam uma rede local comum de defensores locais. Como organização de mulheres, o Fórum Mulher trabalha em conjunto com uma forte rede de mulheres que implementam actividades nas suas comunidades, como treino e oficinas comunitárias. Além disso, a ADECRU trabalha com 45

3 Portucel Moçambique is the country's largest integrated forestry project, producing paper pulp and energy.

membros defensores locais, e 1.500 militantes (homens e mulheres) espalhados pelo país inteiro. Um militante, é um indivíduo que trabalha na sua própria comunidade e está empenhado em defender os direitos das pessoas que nela vivem. Nos grupos baseados na comunidade, eles partilham os seus conhecimentos, experiências e criam áreas comuns. No entanto, ainda há muita resistência por parte dos homens, que são relutantes em permitir que as mulheres se tornem militantes e representem a sua comunidade nos grupos comunitários, devido ao medo do estigma social, ou de perder o seu casamento. Essa desigualdade também desempenhou um papel dentro das actividades deste programa. Por exemplo, tivemos um grande número de mulheres que não participaram na conferência nacional das mulheres rurais, porque não receberam autorização dos esposos.

No programa WLRA, os defensores locais desempenham um papel importante na selecção de locais para oficinas comunitárias e mobilização de participantes. Para as oficinas, os defensores locais até tomaram um papel activo na explicação da Lei de Terras e do Direito de Família de tal maneira que foi fácil para os membros da comunidade entenderem, usando a língua local e exemplos concretos.

Inez, é um exemplo de uma activista ou defensora local que foi treinada pelo Fórum Mulher para explicar a Lei da Família durante as oficinas comunitárias (ver também Quadro 6). Ela começou como agricultora rural, e estava convencida de que a posição das mulheres tinha que ser mudada na sua comunidade. Ela queria mais igualdade de género e estimulou para a acção local contra a repressão das mulheres na comunidade. Ao falar em público sobre a Lei da Família e a capacitação das mulheres, ela é um exemplo vivo de como as mulheres podem falar com o público (geralmente dominado por homens), e assumir a liderança de resistência ao domínio masculino. Como outros defensores locais, ela também foi de grande importância no fortalecimento de vínculos entre a comunidade e as organizações da sociedade civil, e também no estímulo à construção do movimento.

Com base no trabalho realizado pela ADECRU, o Fórum Mulher e a LANDac, os resultados destas ligações são fundamentais para aumentar iniciativas de sucesso. Rebeca Mabui, é um exemplo de uma defensora local a trabalhar com o Fórum Mulher, e que participou no evento final de aprendizagem do programa WLRA em Nairobi, evento esse que reuniu oficiais, defensores locais e líderes tradicionais de Moçambique, Malawi, Senegal e Kenya (Zijlstra 2018).

Ouvir as experiências de outras mulheres e representando as demandas concretas das mulheres em Moçambique, ofereceu a Rebeca o incentivo extra de que ela precisava para fazer avançar a agenda de direitos das mulheres à terra no seu próprio país. De regresso a Moçambique, Rebeca partilhou as suas ideias e experiências com outras mulheres na conferência nacional de mulheres rurais em Quelimane. Ela

as inspirou a defenderem os seus direitos. Como tal, a posição de intermediação da Rebeca como campeã local aumentou as actividades do nível internacional para o nível local.

O caminho a seguir

Este documento de trabalho mostrou as complexidades que estão por detrás do acesso e controlo sobre a terra pelas mulheres em Moçambique. O governo colocou a igualdade do género e a terra no topo da sua agenda (por meio da Lei de Terras, Lei da Família e programas como o Terra Segura). Mas na prática, as mulheres em Moçambique só têm direitos secundários à terra, através dos seus parentes do sexo masculino. Os sistemas tradicionais, excluem as mulheres de governarem a terra e as riquezas naturais. Uma vez que as mulheres tenham acesso à terra, o seu acesso é muito inseguro: a nossa pesquisa mostrou que mulheres solteiras, divorciadas ou viúvas são particularmente vulneráveis a perder as suas terras que lhes são retiradas pelas famílias e pelos seus ex-sogros. As suas vulnerabilidades também são agravadas por factores externos: a crise do VIH-SIDA fez com que muitas mulheres jovens se tornassem viúvas. A terra está a ser recuperada pelos deslocados ou refugiados que regressam após a guerra civil. E tanto homens quanto mulheres têm medo de perder as suas terras e serem retiradas pelo governo ou pelo sector privado.

Através do programa WLRA, o Fórum Mulher, a ADECRU e a LANDac, colaboraram com sucesso para alcançar um grande número de pessoas e obter uma melhor compreensão da dinâmica do direito da mulher à terra em Moçambique. Isso foi feito com base nas estruturas de defensores e militantes locais existentes, e através do enquadramento claro dos métodos aplicados para oficinas comunitárias e acção de pesquisa.

As oficinas comunitárias permitiram a recolha de evidências para fins de advocacia, e informaram as mulheres sobre os seus direitos e capacitaram os membros da comunidade (individual ou coletivamente), para defenderem o direito da mulher à terra. Saber mais sobre os desafios das mulheres e as dinâmicas locais em jogo, também permite que as organizações da sociedade civil adaptem melhor o seu trabalho às necessidades e prioridades das mulheres. Mas também houve desafios. Por exemplo, aprendemos que o processo de selecção para oficinas comunitárias requer atenção cuidadosa. É impossível incluir toda a comunidade nas oficinas, o que sempre leva à exclusão de certos grupos. Entrevistas com os não-participantes, mostraram que algumas pessoas não viram o benefício da reunião, enquanto outras estavam dispostas, mas com muito medo ou vergonha de participar. Em locais onde o líder comunitário mobilizou participantes, muitas pessoas não ouviram falar da reunião e não foram convidadas. Mas em locais onde a mobilização aconteceu por meio de defensores locais ou militantes, as oficinas atraíram um número maior de participantes, e os membros da comunidade estavam melhor informados e dispostos a participar. A mobilização por meio de defensores locais também garantiu que diversos participantes de diferentes faixas etárias e classes socioeconómicas fossem convidados.

Através das actividades da WLRA em Moçambique, demos pequenos passos no sentido da igualdade de género no país, baseando-nos nas iniciativas existentes bem sucedidas. Mas ainda há um longo caminho a percorrer antes que as mulheres nos corredores da Beira e Nacala, e em Moçambique como um todo tenham oportunidades iguais e acesso para obter os DUATs. O futuro trabalho no terreno, a pesquisa e o apoio de projectos de organizações da sociedade civil e das ONGs, devem ser orientados para este objectivo, a fim de assegurar aumento a nível nacional. Aprendemos que a colaboração bem administrada entre essas diferentes partes interessadas, tem sido muito valiosa no fortalecimento de ideias e métodos. Garantiu a disseminação dos resultados entre uma ampla rede nos níveis local, nacional e internacional. Além disso, vimos que apoiar a colaboração existente entre as organizações da sociedade civil locais e os movimentos de base, ampliou significativamente o escopo das actividades e o seu impacto no terreno.

Referências

ADECRU (2018) Declaração da Conferência da Mulher, Terra e Alternativas de Desenvolvimento. http://bit.ly/2K7P4Jp

Bicchieri, M and Ayala, A (2017) Legal pluralism, women's land rights and gender equality in Mozambique: harmonizing statutory and customary law. FAO Legal Papers 104. http://bit.ly/2MX2HQu http://bit.ly/2MX2HQu

Collins, C (2006) Mozambique's HIV/AIDS pandemic: grappling with apartheid's legacy. United Nations Research Institute for Social Development (UNRISD), Geneva. http://bit.ly/2KmqXNG

DNTF (2014) Estudo de auditoria social e de género na gestão e administração de terras, Moçambique. Direcção Nacional de Terras e Florestas.

ILC Africa (4 May 2018) 'Men that champion women's land rights.' International Land Coalition Africa. http://bit.ly/2KdhMA1

Knox, A and Tanner, C (2011) Securing women's land rights in Mozambique. Focus on Land in Africa. www.focusonland.com/download/5229a2d9b4652

Adriano, V and Machaze, FM (2016) Direitos das Mulheres a terra no context da pluridade de direitos: caso de Mozambique. Fórum Mulher, Maputo.

Zijlstra, S (2018) Mobilising grassroots women and local chiefs to advance women's land rights in Africa. LANDac. http://bit.ly/2K2gDHg

Parceiros de Moçambique WLRA

© LANDac 2018

Esta é uma publicação da LANDac, Universidade de Utrech da Holanda sobre a governança da terra para um desenvolvimento equitativo e sustentável. A opiniões e pontos de vista expressos neste documento de trabalho, pertencem aos autores e não necessariamente à LANDAC ou aos seus parceiros.

Citação
Hartlief, V, Ntauazi, C, Razão Deus, N, Santpoort, R e Steel, G (2018) Assegurar os direitos da mulher à terra: Para o impacto real em Moçambique. Documento de Trabalho 2: Assegurar os direitos da mulher à terra no continente africano: LANDac, Utrecht.

Fotos: Vivian Hartlief (salvo outrora indicado)
Projeto: Michelle McLinden-Nuijen (LANDac) e Margot Stoete (Utrecht University)
Editado por: Marthe Derkzen (LANDac) e Holly Ashley (escritor freelancer, editor e redactor)
Tradução: Biana Virgy, Polyglot Services Ltd.

Para mais informações sobre este documento de trabalho ou sobre o programa, entre em contato com Griet Steel (g.steel@uu.nl) ou visite o nosso site: **www.landgovernance.org**